



Área Continental de Comércio Livre Africano operacional desde 30 de Maio de 2019



por Kizito Sikuka

O **MAIOR** acordo comercial que tem o potencial de mudar o panorama económico global e impulsionar o comércio intrarregional na África entrou em vigor.

Vulgarmente conhecida como a Área de Comércio Livre Continental Africano (AfCFTA), o mercado integrado tornou-se operacional a 30 de Maio, após os 22 Países necessários terem depositado os seus instrumentos de ratificação junto a Comissão da União Africana (UA).

De facto, 24 Países ratificaram o Acordo da AfCFTA para estabelecer o mercado ampliado. Destes, quatro são da região da SADC - Reino de Eswatini, Namíbia, África do Sul e Zimbabwe.

De acordo com os estatutos legais da UA, um protocolo "entra em vigor" após a ratificação de pelo menos 22 dos 55 Estados Membros da UA.

O processo de ratificação avança a lei continental de ser uma intenção declarada para aplicação real, e os Estados Membros que se juntam após um protocolo entrar em vigor, "aderem" ao protocolo.

Segundo a UA, espera-se que mais países depositem os seus instrumentos de ratificação até 7 de Julho, antes da Cimeira

Extraordinária da UA, marcada para Niamey, no Níger, onde a AfCFTA será oficialmente lançada pelos líderes africanos.

A UA descreveu o estabelecimento de um mercado integrado como um marco histórico para o continente transformar a sua independência política em desenvolvimento económico sustentável.

O Comissário da UA para o Comércio e Indústria, o Embaixador Alberto Muchanga, afirmou que com um mercado único em vigor para África, o continente está em melhor posição para falar e actuar como uma entidade unida nas negociações comerciais globais e no processo para alavancar a sua força para garantir fazer comércio e investimentos que oferecem desenvolvimento sustentável acelerado e inclusivo para seu pessoal.

"Nós celebramos o triunfo do comprometimento audacioso, pragmático e continental em relação à integração económica", disse o Embaixador Muchanga.

Ele disse que ao lançar a AfCFTA e fazê-lo funcionar, a África está superando a fragmentação histórica e o isolamento das suas economias, abrindo enormes oportunidades comerciais, bem como melhorando as ligações de transporte e comunicação.

POLÍTICA	3
SEGURANÇA ALIMENTAR	4
CONSERVAÇÃO	5
INFRAESTRUTURA	6
CIMEIRA DA SADC	7
ENERGIA	8-9
GÉNERO	10-11
ELEIÇÕES	12-13
FUNDADORES	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

“Esta agregação e ligação são forças para um crescimento acelerado e desenvolvimento sustentável dos países africanos e nos permitirá concretizar a visão da UA e Agenda 2063, que aspira por uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus cidadãos, representando uma força dinâmica na arena global”.

Mas o que exatamente é essa AfCFTA? Como funciona? Por é que é tão importante para a África e quais são alguns dos desafios que podem impactar o seu sucesso?

Desempacotando a AfCFTA

Uma Área de Comércio Livre (ACL) geralmente se refere a uma região onde um grupo de Países assina um acordo para reduzir as barreiras comerciais, a fim de aumentar o comércio de bens e serviços entre si.

A este respeito, a AfCFTA reúne todos os 55 Estados Membros da UA, cobrindo um mercado de mais de 1,2 bilhão de pessoas, incluindo uma classe média crescente, e um Produto Interno Bruto (PIB) combinado de mais de US \$ 3,4 trilhões.

Em termos do número de países participantes, a AfCFTA é o maior acordo de comércio livre do mundo desde a formação da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os principais objectivos da AfCFTA são criar um mercado único continental de bens e serviços, com livre circulação de pessoas de negócios e investimentos, e assim preparar o caminho para acelerar o estabelecimento da União Aduaneira.

A AfCFTA também expandirá o comércio intra-africano através de uma melhor harmonização e coordenação da liberalização do comércio e facilitação e instrumentos através das Comunidades Económicas Regionais (RECs), e em toda a África em geral.

De acordo com a Comissão Económica das Nações Unidas para a África, quando plenamente operacional, espera-se que a AfCFTA aumente o comércio intrarregional africano de 15 por cento para 25 por cento, ou de US \$ 50 bilhões para US \$ 70 bilhões até 2040.

Implementando o AfCFTA

Espera-se que a AfCFTA seja implementada em várias etapas,

uma vez que o processo global de integração regional na África, incluindo as suas oito Comunidades Económicas Regionais, está em estágios diferentes.

A este respeito, a AfCFTA basear-se-á na existência de outros ACLs no continente, como a ACL da SADC e a “Grande” ACL pendente envolvendo o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade da África Oriental e a SADC.

No entanto, a implementação efetiva da AfCFTA implicará que todos os membros do acordo de comércio eliminem quaisquer tarifas, impostos ou exigências especiais para a importação de bens de outros países membros.

As partes do acordo também devem desencorajar qualquer monopólio do mercado interno para facilitar a entrada de produtores internacionais no mercado.

Espera-se que as implicações destes regulamentos promovam o comércio livre e justo e a competição entre os Estados Membros, encorajando assim os países a trabalharem juntos, em vez de estados individuais.

Significado da área integrada de comércio

O significado da AfCFTA não pode ser exagerado. Em primeiro lugar, é a maior área de comércio livre do mundo em tamanho de mercado e participação desde a criação da OMC em 1994.

Assim, a implementação bem-sucedida da AfCFTA terá um impacto positivo significativo na manufatura e desenvolvimento industrial, turismo, cooperação intra-africana e transformação económica.

Além disso, a AfCFTA representa uma declaração ousada e uma oportunidade significativa para o continente corrigir as vulnerabilidades das economias da África dentro da ordem económica global, que tem feito os Países trocarem mais com o mundo exterior do que entre si.

Esta situação significa que os recursos destinados a desenvolver a África são embarcados e comercializados em

outros lugares, melhorando as economias da Europa, Ásia e Américas.

Os actuais desequilíbrios comerciais são causados por vários factores, incluindo infraestruturas precárias construídas durante a era colonial que afectam o movimento suave de bens, serviços e pessoas entre os Países africanos, bem como a imposição de barreiras não tarifárias por parte dos Estados Membros da UA.

Se alguns desses desafios, como a falta de infraestruturas, forem enfrentados, espera-se que o a AfCFTA fortaleça o apelo do continente como um parceiro comercial global, reconstruindo assim os assuntos mundiais.

A harmonização das políticas comerciais e a remoção de barreiras não-tarifárias e outras barreiras comerciais, tais como enormes taxas de exportação e importação, permitiriam aos países africanos também aumentar os seus ganhos, penetrar em novos mercados e contribuir para seu desenvolvimento nacional.

Um único mercado africano ajudará a transformar o desafio dos migrantes num benefício de capital humano para a África, permitindo que os trabalhadores preencham as lacunas de habilidades em todo o continente, além de aumentar as chegadas de turistas.

Além disso, a AfCFTA resolverá os desafios de filiações múltiplas e sobrepostas e acelerará os processos de integração regional e continental.

Actualmente, a maioria dos Países da África pertence a mais de uma CER, situação que pode causar conflitos de lealdade e confusão de compromisso, dificultando o progresso da integração em África.

Desafios Potenciais

A implementação bem-sucedida da AfCFTA depende de vários factores e, conforme afirmou o Embaixador Alberto Muchanga, “a jornada de transformação da África começa agora”.

Uma dessas questões é o ponto de discórdia sobre as “regras de origem”, que determina quais produtos ou mercadorias que recebem as tarifas preferenciais dependendo da sua classificação.

Por exemplo, um produto feito de seda chinesa ou americana, mas embalado e montado na África, é elegível para receber tarifas alfandegárias da AfCFTA?

Mais importante, uma das realidades da implementação da AfCFTA é que ela exige não apenas os governos, mas também a contribuição dos cidadãos africanos, particularmente do sector privado, para garantir o seu sucesso. □

AFRICAN CONTINENTAL FREE TRADE AREA
CREATING ONE AFRICAN MARKET

#AfCFTA2018 | 17-21 March 2018 | Kigali, Rwanda



Secretariado da AfCFTA

PARA GARANTIR os trabalhos da AfCFTA, estão num estágio avançado planos para a criação de um secretariado que será responsável pela monitoria e acompanhamento da implementação.

De acordo com a UA, o processo começou para o estabelecimento do Secretariado da AfCFTA, e um relatório oficial sobre o progresso será submetido à próxima reunião dos Órgãos

Políticos da UA em Niamey, no Níger, em Julho, onde será tomada uma decisão sobre o estrutura e localização do Secretariado.

Sete países apresentaram propostas para sediar o Secretariado - Egito, Reino de Eswatini, Etiópia, Quênia, Gana, Madagáscar e Senegal. □



Centros industriais de excelência e especialização para apoiar o desenvolvimento de competências e capacidade

O SECRETARIADO da SADC iniciou o processo de identificação de Centros Industriais de Excelência e Centros de Especialização regionais que serão responsáveis pela liderança do desenvolvimento de competências e capacidade para implementar a Estratégia e o Roteiro da Industrialização da SADC (2016-2063).

Adoptada pela Cimeira Extraordinária da SADC realizada em 2015 em Harare, no Zimbabwe, a Estratégia e o Roteiro da Industrialização da SADC visam acelerar o ímpeto para reforçar as vantagens comparativas e competitivas das economias da região.

A estratégia e o roteiro estão ancorados em três pilares - Industrialização, Competitividade e Integração Regional.

Intervenções estratégicas para cada um desses pilares são propostas no plano de acção. Estas incluem um ambiente político melhorado para o desenvolvimento industrial, aumento do volume e eficiência dos investimentos públicos e privados na economia da SADC, criação de cadeias de valor regionais e participação em processos globais relacionados, bem como aumento do valor acrescentado para produtos agrícolas e não agrícolas e serviços.

O estabelecimento de centros industriais de excelência e especialização está em consonância com o reconhecimento de que a educação e o desenvolvimento de habilidades são importantes para facilitar o crescimento industrial e melhorar a competitividade da região na economia global.

O investimento na educação e desenvolvimento de competências, bem como na ciência, tecnologia e inovação, é

um dos objectivos estratégicos gerais da agenda de integração e cooperação regional da SADC.

De facto, a Estratégia e o Roteiro, da Industrialização da SADC identifica o desenvolvimento do capital humano e, em particular, o desenvolvimento de competências, como um importante factor de habilitação para a industrialização.

A estratégia reconhece a importância da transformação tecnológica e económica da região através da industrialização, modernização, desenvolvimento de habilidades, ciência e tecnologia, fortalecimento financeiro e integração regional mais profunda.

Nos últimos quatro anos, a região prosseguiu actividades destinadas a implementar a Estratégia e o Roteiro da Industrialização da SADC.

No entanto, um dos principais constrangimentos é a falta de pessoal profissional e tecnicamente qualificado, bem como uma fraca base científica e tecnológica para fazer avançar a agenda da industrialização.

Para resolver este problema, o Secretariado da SADC está a realizar um exercício de definição do escopo e mapeamento para identificar e recomendar potenciais centros na região.

O processo será guiado pelo Quadro Regional e Directrizes para o estabelecimento de Centros Regionais de Excelência e Centros de Especialização aprovados pelo Conselho de Ministros da SADC em 2018.

Como existem várias instituições que já se identificam como centros de excelência e centros de especialização, a estrutura e as directrizes garantirão que as instituições identificadas operem dentro de um conjunto comum de padrões.

Espera-se que o exercício resulte num relatório identificando e recomendando centros nas cadeias de valor prioritárias para o desenvolvimento industrial.

Além disso, espera-se que o estudo proponha opções de financiamento viáveis, bem como vínculos e parcerias com o setor privado.

Espera-se que os centros identificados ocupem um nicho de importância estratégica determinado pela visão de longo prazo da SADC para o desenvolvimento da região e de todos os seus Estados Membros.

O estabelecimento de centros de excelências e centros de especialização também está de acordo com o Protocolo

sobre Educação e Treinamento de 1997 e o Protocolo sobre Ciência, Tecnologia e Inovação de 2008.

O Protocolo sobre Ciência, Tecnologia e Inovação define um centro de excelência como uma “instituição que demonstrou alta qualidade de pesquisa e capacidade de desenvolvimento num campo específico de ciência, tecnologia e inovação”.

Neste sentido, o objectivo dos centros regionais será o de construir competências em pesquisa, desenvolvimento e inovação, desenvolvimento e transferência de tecnologia e capacitação em apoio ao desenvolvimento industrial na região. □

Perfil de cadeias regionais de valor

A DESCRIÇÃO das cadeias regionais de valor da SADC nos sectores prioritários de agro-processamento, beneficiamento mineral e produtos farmacêuticos está na fase de conclusão.

Um estudo de perfis de cadeia de valor da aquacultura, bem como um estudo sobre a pré-viabilidade de capacidade adicional de fabricação de medicamentos essenciais e produtos de saúde foi encomendado em Março de 2019.

O Secretariado da SADC tem trabalhado em estreita colaboração com os Estados Membros e promotores de projectos desde Agosto de 2018 para compilar uma base de dados de projectos de investimento a serem promovidos regional e globalmente.

Estes projectos de investimento centram-se em seis sectores de cadeias de valor prioritárias que visam alcançar um crescimento sustentável e a industrialização das economias da SADC através do Agro Processamento, Beneficiação Mineral, Farmacêutica, Bens de Capital, Bens de Consumo e Serviços.

O desenvolvimento de um plano de acção para apoiar projectos regionais de aproveitamento mineral com o objectivo de maximizar o impacto do desenvolvimento da extração de recursos minerais está na fase de conclusão e espera-se que seja finalizado em Agosto de 2019.

A Estratégia e o Roteiro da Industrialização da SADC (2015-2063) apela à participação dos Estados Membros nas cadeias de valor domésticas, regionais e globais, como uma das intervenções para promover a industrialização.

A promoção de cadeias de valor permitirá aos Estados Membros da SADC especializarem-se nos processos produtivos e actividades onde têm vantagens competitivas. □

Alimentação e Nutrição – Segurança e Vulnerabilidade

OS ESTADOS Membros da SADC estão a realizar avaliações nacionais detalhadas que devem ser sintetizadas no "Relatório da África Austral sobre a Situação Regional da Segurança Alimentar e Nutricional e Vulnerabilidade na SADC", para discussão pelo Conselho de Ministros e Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo em Agosto.

A região da SADC enfrenta uma situação de segurança alimentar moderada após chuvas fracas e mal distribuídas durante a época agrícola de 2018-2019.

De acordo com uma previsão de precipitação regional, a maior parte da região recebeu chuvas "normais com tendência para abaixo do normal" durante a época agrícola.

Além disso, as chuvas foram tardias e irregulares e fizeram com que alguns agricultores, particularmente nas partes sul e oeste da região, atrasassem o plantio de suas plantações.

Um período de seca desde os meados de Janeiro até o final de Fevereiro causou um stress hídrico moderado a severo nas partes centrais da região resultando na murcha permanente das lavouras.

A situação de segurança alimentar foi agravada pelo ciclone tropical Idai que afectou partes do Malawi, Moçambique e Zimbabwe em Março de 2019.

O ciclone, que foi acompanhado por fortes chuvas, ventos e tempestades, destruiu um grandes hectares de cultivo, matou centenas de pessoas e deslocou milhares de outras pessoas nos três países afectados.

O ciclone Idai foi registrado como uma das piores tempestades tropicais a afectar a África e o hemisfério sul.

De acordo com o Sistema Global de Informação e Aviso Prévio sobre Alimentos e Agricultura, produzido pela

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a maioria dos Países da região provavelmente enfrentará desafios de segurança alimentar e precisará importar cereais para complementar os rendimentos.

Em Angola, por exemplo, a redução das chuvas diminuiu as perspectivas de produção agrícola nas regiões sul e oeste do país.

Embora as colheitas tenham beneficiado de chuvas adequadas durante a estação nas principais áreas produtoras na República Democrática do Congo, o conflito em curso e a infestação por lagarta do Outono resultaram em colheitas abaixo da média.

No Malawi, chuvas favoráveis na primeira metade da safra levaram a perspectivas de melhoria na produtividade de cerca de 3,3 milhões de toneladas de milho. No entanto, as inundações nas partes do sul do País diminuíram as expectativas.

Perdas de suprimentos alimentares, danos às colheitas a serem colhidas em breve e acesso reduzido aos mercados provavelmente agravarão as condições de segurança alimentar.

As cheias induzidas por ciclones causaram danos generalizados às culturas nas províncias centrais de Moçambique, e a produção nacional de cereais deverá diminuir em comparação com o nível acima da média do ano passado.

O Conselho Internacional de Cereais está prevendo um declínio de 14 por centona produção de milho na África do Sul para 10,7 milhões de toneladas.

A Zâmbia e o Zimbabwe enfrentam desafios semelhantes, com os baixos padrões de precipitação impactando as áreas produtoras de excedentes na Zâmbia, que implementaram restrições à exportação.

O Sindicato dos Agricultores Comerciais do Zimbabwe prevê que a produção de milho diminua para 900.000 toneladas

nesta temporada, o que é inferior às 1,8 milhões de toneladas que o país consome anualmente.

O país pode precisar importar outros 900 mil para cobrir um déficit ampliado pela seca e pelo ciclone Idai. Os agricultores foram instados a plantar culturas tradicionais de cereais e pequenos cereais que exigem menos água e são mais tolerantes à seca.

Na Namíbia, uma avaliação preliminar das colheitas feita pelo governo mostra que a produção de cereais em 2019 está estimada em 72.000 toneladas, uma queda de 53 por cento em relação ao ano passado e 35 por cento abaixo da média de cinco anos.

A Tanzânia, no entanto, teve uma produção excedente e está procurando compradores. No final do ano passado, o País tinha um stock de mais de 4 milhões

de toneladas de milho, e esperava-se produzir mais 16 milhões de toneladas, com uma demanda local de 13 milhões de toneladas.

O Ministro da Agricultura, Japhet Hasunga, disse que o governo pretende impulsionar o desenvolvimento industrial e o emprego por meio de indústrias de processamento agrícola que podem agregar valor aos bens agrícolas.

"As indústrias de agro-processamento significam adição de valor, aumento de preço e motivação para produzir mais", disse o ministro num Seminário sobre Política Agrícola.

"A agricultura emprega directamente 65 por cento da população, enquanto outros 8 por cento estão se beneficiando indirectamente por através de negócios e não há como esse sector ser ignorado numa iniciativa industrial." □

SADC revê processo de avaliação de vulnerabilidades

OS ESTADOS Membros da SADC estão a trabalhar no sentido de harmonizar e melhorar a qualidade e relevância das avaliações e análises de vulnerabilidade através da integração de questões emergentes como a nutrição, género, HIV e SIDA e vulnerabilidade urbana.

Uma boa nutrição é essencial para alcançar a segurança alimentar e para alcançar um sistema imunológico forte, e a pandemia de HIV e SIDA é uma grande ameaça ao crescimento económico, ao desenvolvimento agrícola e à segurança alimentar na região.

Nesse sentido, é necessário incluir indicadores de nutrição individual, domiciliar, de HIV e de género nas avaliações de vulnerabilidade.

Discursando no Seminário de Pré-avaliação do Programa Regional de Avaliação e

Vulnerabilidade (RVAA) realizado em Maio, em Gaborone, Botswana, para rever os formatos de relatório, indicadores e estratégias de disseminação, Sithembiso Gina, A Directora do Programa para Redução do Risco de Desastres, afirmou que os responsáveis pela tomada de decisão precisam de informação oportuna e credível para responder eficazmente a vários desastres que afectaram a região da SADC.

Gina acrescentou que a situação torna as avaliações de 2019 essenciais para informar a resposta aos desastres.

O Seminário de pré-avaliação do Programa RVAA proporcionou uma oportunidade para os comités de avaliação e análise da vulnerabilidade nacional refletirem sobre os relatórios anteriores e tirarem lições para informar as avaliações de 2019. □

Cimeira de Kasane sobre os Elefantes Um apelo à cooperação global

HÁ NECESSIDADE de cooperação global na gestão da população de elefantes para garantir o desenvolvimento sustentável.

Esta foi uma das principais resoluções da Cimeira de Kasane sobre os Elefantes, realizada por cinco países da SADC em Maio.

Os cinco países - Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe - abrigam a maior população de elefantes da África.

A população de elefantes no Zimbabwe é estimada em mais de 100.000, o que é quase três vezes a sua capacidade de suporte sustentável. Na Namíbia, a população de elefantes é de mais de 22.500.

De acordo com a Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Silvestres (CITES), um acordo internacional que visa garantir que o comércio internacional de espécimes de animais e plantas selvagens não ameace sua sobrevivência, a África Austral tem o maior número de elefantes em África e no mundo, estimado em cerca de 350.000.

A maior parte desta população de elefantes encontra-se na Área de Conservação Transfronteiriça do Kavango Zambeze (KAZA), que é partilhada pelos cinco Estados Membros da SADC. A população cresceu nos últimos anos, muito acima da capacidade de carga de suas florestas.

A população em expansão é devida a vários factores, incluindo uma proibição internacional imposta ao comércio de marfim para proteger os elefantes e os rinocerontes, que estavam em vias de extinção.

A esse respeito, os líderes de Angola, Botswana, Namíbia,

Zâmbia e Zimbabwe que participaram da Cimeira de Kasane sobre os Elefantes disseram estar comprometidos em engajar efectivamente a comunidade internacional em assuntos relacionados à conservação e gestão de elefantes.

“Notamos com preocupação o recente aumento do consumo ilegal de elefantes em grande parte do continente africano. Se esse estado de coisas continuar inabalável, isso representará uma ameaça muito real à sobrevivência dessa espécie icônica em grande parte do seu alcance”, lê-se em parte do comunicado divulgado pelos líderes após a reunião de Kasane, Botswana.

Os líderes disseram que é necessário que a comunidade global considere remover a proibição imposta ao comércio de marfim para permitir que as comunidades que abrigam a população de elefantes se beneficiem dos recursos.

“Nós afirmamos, no entanto, que as comunidades merecem obter benefícios da utilização sustentável de recursos naturais, incluindo elefantes; particularmente porque são eles que suportam o peso de viver lado a lado com esses elefantes”.

Os elefantes da África Austral estão listados no Apêndice II da CITES, o que significa que o comércio internacional de animais vivos é permitido. No entanto, o comércio de marfim é proibido.

Os líderes dos Países da KAZA TFCA argumentaram que a proibição do comércio de marfim corroeu seriamente a receita para a conservação da vida selvagem e que eles acumularam enormes stocks de marfim que não podem ser descartados.

A proibição levou a um aumento na caça ilegal, já que as comunidades não estão mais se beneficiando dos lucros do comércio de marfim, disseram os líderes.

Além disso, a crescente população de elefantes na África Austral piorou os casos de conflitos entre humanos e animais selvagens e levou a uma degradação ambiental extensiva, na forma de aumento da erosão do solo, danos na vegetação e perda de biodiversidade.

A população de elefantes na Namíbia encontra-se na parte norte do país com sérios desafios de água, e é relatado que milhares de elefantes no Botswana continuam a adicionar pressão sobre os habitats da vida selvagem.

O crescimento da população de elefantes no Zimbabwe aumentou a pressão sobre os recursos hídricos disponíveis, pois a maioria dessas populações está concentrada em áreas

propensas a secas, o que faz com que a Autoridade de Gestão de Parques e Vida Selvagem use água dos poços como alternativa.

Os países que apoiam a proibição total do marfim estão a propor a inclusão de todas as populações de elefantes africanos no Anexo I, através da transferência do Anexo II das populações do Botswana, Namíbia, África do Sul e Zimbabwe.

O Apêndice I da CITES lista as espécies que estão ameaçadas de extinção. O comércio de espécimes dessas espécies é ilegal, enquanto os do Apêndice II não são necessariamente ameaçados de extinção.

A África Austral acredita que um sistema de marketing controlado é o caminho a seguir, em vez de uma proibição total do comércio de marfim, uma vez que a proibição impede a procura na ausência de um mercado legal. □

ALGUMAS DAS principais resoluções acordadas pela Cimeira de Kasane sobre Elefantes, realizada a 7 de Maio no Botswana, são as seguintes:

- Realizar levantamentos aéreos transfronteiriços de elefantes (e outras populações de animais selvagens) coordenados e sincronizados em toda a KAZA, de acordo com metodologias padronizadas para permitir a comparabilidade em toda a paisagem da KAZA;
- Harmonizar a gestão dos elefantes, tanto quanto possível, tendo em conta as peculiaridades e prioridades nacionais;
- Fornecer planeamento integrado do uso da terra e harmonização de políticas a nível da KAZA;
- Fornecer incentivos para as comunidades continuarem tolerando e coexistindo com os elefantes;
- Garantir que a gestão dos elefantes seja adaptativa;
- Padronizar abordagens para a gestão dos stocks;
- Melhorar a colaboração regional sobre crimes contra a vida selvagem através da implementação da Estratégia de Aplicação da Lei e Anti Caça Furtiva da SADC;
- Envolver os países de trânsito e destino para abordar questões de redução da demanda por marfim ilegal; e
- Engajar efectivamente a comunidade internacional em questões relacionadas com a conservação e gestão de elefantes, incluindo pressão para o apoio às propostas submetidas pelos Estados Membros da KAZA à CITES CoP 18. □



SADC faz balanço de projectos regionais de infraestruturas

por Kumbirai Nhongo

A SADC está a rever o estado dos projectos alinhados para implementação na primeira fase do seu projecto regional de infraestruturas.

O Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infraestruturas (RIDMP) foi adoptado pelos Estados Membros da SADC em 2012 e descreve a visão de infraestruturas da região a ser alcançada até 2027.

O principal objectivo do RIDMP é criar uma base sólida de infraestruturas para o desenvolvimento económico sustentável, ancorada nos seis sectores prioritários de energia, transporte, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), meteorologia, água e turismo.

A implementação do RIDMP está a ser conduzida em três fases, começando com o Plano de Acção de Curto Prazo (STAP), programado para ser executado entre 2012 e 2017.

O Plano de Acção de Médio Prazo seria o programa sucessor do STAP, até 2022, enquanto o Plano de Acção de Longo Prazo deverá prosseguir e terminar em 2027.

O Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infraestruturas reconhece que o sector dos transportes é um pilar fundamental para o desenvolvimento económico regional, sendo largamente responsável não só pela circulação de pessoas, mas também de bens e serviços.

Como tal, foram identificados 32 projectos do STAP avaliados em mais de US \$16,65 biliões para implementação nos corredores de desenvolvimento espacial da região adoptados pela SADC em 2008.

No sector de energia, vários projectos de transmissão foram planeados no STAP para ajudar a distribuir energia de países

com produção excedente de eletricidade para aqueles com défices.

Além disso, o RIDMP procura explorar outras formas de energia da região, como petróleo e gás, que estão disponíveis em abundância. Para este fim, 16 projectos de energia com um valor estimado de US \$ 12,27 biliões, deveriam ser implementados no âmbito do STAP durante este período.

Os Estados Membros da SADC reconhecem a importância de investir no sector da água, não só para estimular o desenvolvimento económico, mas também para melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Os resultados do Estudo de Diagnóstico da Água de 2011 mostram que a região da SADC apenas retém 14 por cento dos recursos hídricos renováveis disponíveis, com o resto indo para os oceanos.

Numa tentativa para superar este desafio, a SADC identificou oito projectos no STAP no valor de US\$13,48 biliões, destinados a expandir a infraestrutura de água da região.

Em conformidade com o Plano Sectorial das TIC, que faz parte do RIDMP, a SADC identificou projectos que visam a implementação de uma rede abrangente, fiável, resistente, acessível, moderna, totalmente integrada, interligada e complementar de toda a região.

A revisão do STAP está, portanto, também considerando os 18 projetos do STAP que foram estimados em US\$21,4 biliões.

Para mitigar os desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela variabilidade ao desenvolvimento regional, a SADC também identificou projectos de infraestruturas para melhorar a provisão de informação climática, previsão, aviso prévio e aplicações relacionadas para apoiar o desenvolvimento sustentável na região da SADC.

Nove projectos de meteorologia no valor estimado de 192 milhões de dólares foram priorizados no âmbito do STAP e estão a ser analisados como parte da avaliação do RIDMP em curso.

A região reconhece a necessidade urgente de melhorar as infraestruturas turísticas em prontidão para o crescimento previsto que poderá ver a região da SADC a receber aproximadamente 58% do tráfego continental total até 2027.

Como tal, foram identificados 15 projectos do STAP no sector do turismo, no valor de 324 milhões de dólares, com o objectivo de impulsionar as infraestruturas principalmente em parques transfronteiriços, de modo a criar a capacidade relevante para o aumento previsto do tráfego turístico.

Descobertas preliminares mostram que as restrições financeiras têm sido uma das maiores desvantagens que impedem o sucesso da implementação dos projetos de infraestrutura da região.

Para mitigar este desafio, a SADC estabeleceu uma parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Este desenvolvimento está em consonância com uma decisão tomada pelos líderes na Cimeira Extraordinária da SADC realizada em Março de 2017 em Ezulwini, Reino de Eswatini, aprovando a recomendação para a SADC trabalhar com o BAD para

desenvolver os instrumentos e quadros financeiros necessários para apoiar projectos do RIDMP.

Alguns dos instrumentos que o BAD desenvolverá para reforçar os esforços de mobilização de recursos dos Estados-Membros incluem obrigações de infraestruturas, garantias parciais de risco, garantias de seguros e garantias parciais de crédito.

A Cimeira Extraordinária de Março de 2017 também orientou os Estados Membros a criar uma lista de prioridades da carteira de projectos de infraestruturas no âmbito do RIDMP, de modo a tornar os compromissos com o BAD mais focados e eficazes.

Um relatório apresentado aos Ministros dos Transportes e Meteorologia da SADC na sua reunião realizada na Namíbia em Setembro de 2018 mostra que cerca de 62 projectos de infraestruturas regionais foram selecionados para o apoio do BAD.

Essas iniciativas de infraestrutura regional direccionadas, que atravessam os seis sectores estratégicos, passaram pela preparação do projecto e estão prontas para a mobilização de recursos.

Desde Setembro de 2018, os Estados Membros da SADC têm trabalhado num roteiro para finalizar o processo de engajamento com o BAD para preparar o caminho para a implementação dos projectos prioritários identificados no RIDMP. □

Projectos identificados para implementação no STAP do RIDMP

Sector	Número de Projectos	Custo Estimado (US\$)
Sector de Energia	16	12.27 biliões
Transportes	32	16.65 biliões
TIC	18	21.40 biliões
Meteorologia	9	192 milhões
Água	8	13.48 biliões
Turismo	15	324 milhões
Total	98	64.32 biliões

Rumo a 39ª Cimeira da SADC ...a Tanzânia inicia os preparativos

por Kizito Sikuka

A REPÚBLICA Unida da Tanzânia está intensificando os preparativos para a Cimeira Regional Anual, onde os Países da África Austral discutirão maneiras de promover a integração e o desenvolvimento sustentável.

A 39ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) está agendada para Dar es Salaam em Agosto.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia e da Cooperação da África Oriental, Prof. Palamagamba Kabudi, disse que o País está pronto e espera receber este importante encontro que dá forma e enfoque à agenda de integração regional da África Austral.

"Realizar a Cimeira da SADC é uma grande honra para nós como nação", disse o prof. Kabudi a 8 de Maio, no início dos preparativos para a 39ª Cimeira da SADC.

A última vez que a Tanzânia acolheu uma Cimeira da SADC foi em 2003, e o País está determinado a mais uma vez assumir a liderança no avanço da integração regional quando assumir a presidência da SADC em Agosto.

O Presidente John Magufuli da Tanzânia, que é actualmente o vice-presidente da SADC, assumirá a liderança rotativa da organização regional do seu homólogo namibiano, o Presidente Hage Geingob, na Cimeira.

Na sua qualidade de presidente da SADC, o Presidente Magufuli será encarregado de promover a paz e a segurança, bem como o desenvolvimento sustentável na região.

O tema da Cimeira de 2019 é "Um Ambiente de Negócios

Conducente para o Desenvolvimento Industrial Inclusivo e Sustentável".

Isto continua a tendência das cinco cimeiras anteriores de se concentrarem em vários aspectos da prioridade regional da Industrialização, marcando a primeira vez na história dos 39 anos da SADC que um tema semelhante se prolongou por um período tão longo, indicando assim a ênfase colocada neste objectivo.

Como parte dos preparativos, a Tanzânia irá convocar a Semana de Industrialização da SADC nos dias 22-26 de Julho.

O principal objectivo da semana de industrialização é popularizar a Estratégia e o Roteiro da Industrialização da SADC e identificar projectos de industrialização que possam ser implementados em conjunto pelo sector público e privado nos Estados Membros da SADC.

A Estratégia e o Roteiro da Industrialização da SADC foi adoptada pela Cimeira Extraordinária da SADC realizada em Harare, Zimbabwe em 2015, e visa acelerar o ímpeto no sentido de reforçar as vantagens comparativas e competitivas das economias da região.

A estratégia de industrialização e o roteiro estão ancorados em três pilares - industrialização, competitividade e integração regional. Intervenções estratégicas para cada um desses pilares são propostas no plano de acção.

Estes incluem um ambiente político melhorado para o desenvolvimento industrial, aumento do volume e eficiência dos investimentos públicos e privados na economia da SADC, criação de cadeias regionais de valor e participação em processos globais relacionados,

bem como aumento do valor acrescentado para produtos agrícolas e não agrícolas e serviços.

O tema da Semana de Industrialização da SADC de 2019 é "Ambiente de Negócios Competitivo para o Desenvolvimento Industrial Inclusivo e Sustentável".

O prof. Kabudi instou o sector privado na Tanzânia a alavancar na Semana da Industrialização a rede, mostrar e explorar oportunidades comerciais com outras organizações da região da SADC.

"Esperamos que o nosso povo aproveite esta oportunidade e participe plenamente da semana de industrialização", disse ele.

A primeira Semana de Industrialização da SADC foi realizada em agosto de 2016 no Reino de Eswatini, enquanto os eventos subsequentes ocorreram em 2017 e 2018 na África do Sul e na Namíbia, respectivamente.

Os resultados da Semana de Industrialização da SADC normalmente inserem-se na agenda da Cimeira, pelo que se espera que a reunião de Julho analise as formas em que a SADC poderia promover um ambiente propício para o sector

privado contribuir plenamente para a integração regional.

Antes da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, agendada para 17-18 de Agosto, haverá reuniões de altos funcionários, seguidos pelo Conselho de Ministros da SADC. O Conselho de Ministros da SADC, que normalmente é composto por Ministros dos Negócios Estrangeiros, Planeamento Económico ou Finanças, supervisiona o funcionamento e desenvolvimento da SADC e assegura que as políticas e decisões sejam implementadas.

O Conselho de Ministros define a agenda para a Cimeira da SADC.

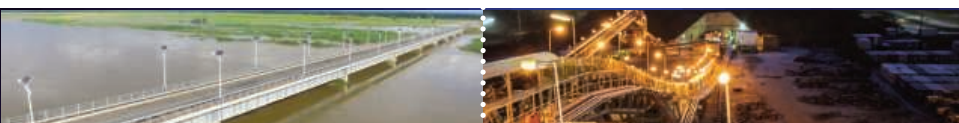
De acordo com a última reunião do Conselho de Ministros realizada em Março em Windhoek, Namíbia, a Cimeira da SADC deverá deliberar sobre uma vasta gama de questões, incluindo a implementação dos planos operacionais da região e programas prioritários como industrialização, comércio, desenvolvimento de infraestruturas, bem como possível estabelecimento de um parlamento regional e consolidação da paz e segurança. sardc.net □

A CIMEIRA da SADC é responsável pela direcção geral das políticas e pelo controlo das funções da Comunidade, tornando-se, por fim, a instituição suprema de elaboração de políticas da SADC.

É composta por todos os Chefes de Estado ou Governo dos Estados Membros da SADC e é gerido por um sistema de Troika que compreende o actual Presidente da Cimeira da SADC, o novo Presidente (o vice na altura) e o anterior Presidente.

O Sistema Troika investe autoridade neste grupo de três líderes para tomar decisões rápidas em nome da SADC que são normalmente tomadas em reuniões de política agendadas a intervalos regulares, bem como para fornecer orientação política às instituições da SADC entre as Cimeiras regulares da SADC.

A Cimeira geralmente se reúne uma vez por ano em Agosto/Setembro. □





Realinhando a agenda energética regional ...enquanto a SADC revê o Protocolo sobre Energia

por Kizito Sikuka

A **PROVISÃO** de energia confiável e sustentável continua a ser uma prioridade para a agenda de desenvolvimento da África Austral.

Reconhecendo o papel fundamental da energia na concretização das aspirações de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, a SADC desenvolveu uma série de ferramentas e instrumentos legais, como o Protocolo sobre Energia, que fornece uma base para a cooperação em questões energéticas entre os seus Estados Membros.

Embora a maioria desses documentos ofereça uma forte estrutura legal para desenvolver o sector de energia, uma grande preocupação levantada por especialistas em energia em vários fóruns é que os documentos estão desatualizados e precisam de ser revisados para refletir a dinâmica da mudança na região e no continente bem como globalmente.

Além disso, a maioria dos documentos tem obrigações que não são juridicamente vinculativas nem obrigatórias, dificultando sua aplicação e implementação.

Tendo em conta estas deficiências, a SADC está a rever o Protocolo sobre Energia para assegurar que as metas contidas no plano regional de energia sejam mais gerenciáveis e práticas.

O Protocolo, assinado em 1996 e que entrou em vigor em 1998, visa promover o desenvolvimento harmonioso de políticas energéticas nacionais e questões de interesse comum para o desenvolvimento equilibrado e equitativo da energia em toda a região.

O Protocolo também delineia claramente os mecanismos institucionais e as disposições financeiras em vigor para a implementação do Protocolo.

Reunidos na sua reunião anual em Windhoek, Namíbia, no dia 24 de Maio, os Ministros da Energia da SADC disseram que o processo de revisão do Protocolo está a progredir bem e será concluído em breve.

“Os Ministros notaram os progressos realizados na alteração do Protocolo sobre Energia de 1996 e aprovaram o Roteiro para finalizar a revisão e a emenda do Protocolo, e instaram os Estados Membros que ainda não aderiram ao Protocolo a fazê-lo”, diz parte de uma declaração divulgada pelos ministros logo após a reunião.

Em agosto de 2018, antes da admissão da União das Comores como o mais novo membro da SADC, todos os Países da SADC, com as exceções da República Democrática do Congo, Madagáscar e Seychelles haviam ratificado o Protocolo sobre Energia.

Grupo de energia

UMA DAS principais áreas de foco do Protocolo é promover a partilha de energia entre os países da SADC para permitir que os Estados Membros usem conjuntamente a energia excedente.

O Grupo de Empresas de Energia da África Austral (SAPP) está, assim, a progredir na garantia de que as redes de energia de todos



os seus 12 Estados-Membros estejam interligadas para permitir que os serviços públicos nesses países negociem electricidade.

Todos os países da SADC continental, com excepção de Angola, Malawi e República Unida da Tanzânia, estão interligados à rede regional através do SAPP, permitindo-lhes negociar electricidade. Os estados insulares de Comores, Madagáscar, Maurícias e Seychelles não são membros do SAPP.

Desde então, a SAPP embarcou em 10 projectos de transmissão destinados a garantir que todos os seus membros estejam interligados até 2020 e que a rede regional seja fortalecida para facilitar uma maior comercialização de energia até 2024.

Os projectos prioritários de transmissão de energia incluem a construção do Projecto de Interligação ZiZaBoNa, que liga Zimbabwe, Zâmbia, Botswana e Namíbia, bem como o estabelecimento da interligação Angola-Namíbia, que ligará o primeiro ao SAPP.

A Interligação Zâmbia-Tanzânia-Quênia ligará este último à rede regional e melhorará a integração regional e o comércio de energia entre o SAPP e o Grupo de Energia da África Oriental.

Na sua reunião na Namíbia, os Ministros de Energia da SADC solicitaram ao SAPP, que coordena a gestão de electricidade na região para acelerar a implementação de várias actividades, programas e projectos de energia para garantir que os abastecimentos atendam à demanda.

De acordo com o Secretariado da SADC, a região tem em termos de oferta e demanda de electricidade uma capacidade de produção instalada actual de 71.950 megawatts (MW) de electricidade, portanto, em relação às actuais margens de reserva de demanda e capacidade



de produção, a região tem uma capacidade deficitária de mais de 650 MW.

“Os ministros instaram os Estados Membros a se comprometerem com os Projectos Prioritários de Energia Regional visando aumentar a segurança do fornecimento de energia e instruíram o Secretariado a apresentar um relatório abrangente sobre projetos de energia que estão em preparação e desenvolvimento por instalações de preparação de projectos regionais.”

Rumo à energia renovável

SOBRE A promoção de fontes de energia renováveis como fonte alternativa de energia, os ministros aprovaram o Programa de Eficiência Energética Industrial da SADC (SIEEP) como um programa para promover a eficiência energética e práticas de

conservação de energia no sector industrial da SADC.

O SIEEP foi desenvolvido pelo Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC (SACREEE) em 2018 para apoiar a região a atingir a competitividade industrial através do tratamento de barreiras à eficiência energética na indústria, tais como falta de capacidade e financiamento.

O SACREEE é uma das instituições regionais de energia responsável por liderar a promoção do desenvolvimento de energias renováveis na região.

Com sede na Namíbia, o SACREEE é responsável pela implementação da Estratégia e Plano de Acção de Energia Renovável e Eficiência Energética da SADC (REEESAP), que foi aprovada em 2016.

A REEESAP, que cobre o período 2016-2030, fornece a estrutura para os Estados Membros da SADC desenvolverem estratégias de energia renovável, levando a uma maior aceitação dos recursos de energia renovável, bem como à mobilização de recursos financeiros no sector.

Os Ministros da Energia também instruíram ao Secretariado da SADC, assistido pela Associação Regional Reguladora de Energia da África Austral (RERA), para estabelecer estruturas apropriadas para desenvolver e implementar iniciativas regulamentares regionais relativas a outros subsectores energéticos, nomeadamente petróleo, gás e energia renovável no âmbito do seu mandato expandido.

A África Austral tem alguns dos maiores depósitos de gás natural do mundo, portanto, a exploração de gás permitiria à região abordar os seus desafios energéticos.

A SADC já aprovou planos para desenvolver um plano director regional que guiará a exploração dos vastos recursos de gás natural que existem na região.



A aprovação foi feita pelo Conselho de Ministros da SADC que se reuniu antes da 38ª Cimeira da SADC em Agosto de 2018.

O Conselho solicitou ao Secretariado da SADC para operacionalizar o Comité Regional de Gás da SADC e para desenvolver o Plano Director Regional de Gás da SADC.

O comité será encarregado de garantir a inclusão e promoção do gás natural no misto regional de produção de energia, actualmente dominado pelo carvão. sardc.net □

Equilibrando a água e as necessidades de energia na SADC

A **DISPONIBILIDADE** de abastecimento adequado de água e energia é fundamental para o avanço do desenvolvimento e integração regional na África Austral.

Esta é a mensagem chave que saiu da reunião conjunta dos Ministros da Água da SADC no dia 24 de Maio em Windhoek, Namíbia.

A reunião disse que o acesso limitado à água e energia tem a capacidade de tornar a agenda de integração da SADC sem sentido, daí a necessidade de trabalhar em conjunto para enfrentar os desafios enfrentados pelos dois sectores.

O Secretário Executivo Adjunto da SADC para Integração Regional, Dr. Thembinkosi Mhlomo disse que o desempenho no sector da água indica que dos mais de 300 milhões de habitantes da SADC, aproximadamente 60 por cento têm acesso a água potável enquanto apenas 40 por cento têm acesso a instalações sanitárias adequadas.

No que diz respeito à energia, a capacidade instalada de produção ficou em 71.950 megawatts (MW), portanto, em relação às actuais margens de reserva de demanda de pico e capacidade de geração, a região tem uma capacidade deficitária de mais de 650 MW.

Por isso, é importante que a SADC equilibre e integre as suas ligações água-energia para promover o desenvolvimento sustentável na região e garantir que a gestão do desenvolvimento da água não prejudique as questões energéticas ou vice-versa. □

Programa de empoderamento económico das mulheres pelos Ministros do Género da SADC

por Nyarai Kampilipili

OS MINISTROS do Género da SADC aprovaram um programa destinado a promover a participação igual de mulheres e homens nos processos de elaboração de políticas.

O Programa Regional de Empoderamento Económico Multidimensional das Mulheres (RMDWEEP) foi aprovado pelos Ministros do Género da SADC a 29 de Maio em Windhoek, Namíbia.

Isto seguiu-se a uma reunião de validação por especialistas regionais em Março.

O programa de empoderamento das mulheres orientará a região na revisão, emenda e desenvolvimento de leis que proporcionem acesso igual a emprego assalariado, trabalho decente e protecção social, todas fundamentais para a promoção do empoderamento socioeconómico.

A este respeito, o programa económico está em conformidade com as disposições do Protocolo Revisto sobre o Género e Desenvolvimento, que aspira a inclusão social e a justiça, além de fornecer a base para o empoderamento das mulheres, a eliminação da discriminação e a conquista da igualdade de género e equidade através da promulgação de legislação sensível ao género e implementação de políticas, projectos e programas.

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, disse que a integração do género em todos os processos de formulação de políticas continua a ser um dos objectivos orientadores da SADC.

De facto, a igualdade de género e empoderamento está firmemente enraizada na Declaração e Tratado que estabeleceu a comunidade partilhada da SADC, e os Estados Membros compreendem

plenamente que a igualdade e o empoderamento de mulheres e homens em todas as esferas da vida é crucial para a consecução do desenvolvimento sustentável.

“O empoderamento das mulheres e das raparigas é fundamental para a integração regional, o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza”, disse a Dra. Tax, acrescentando que o programa irá percorrer um longo caminho na promoção da participação activa de mulheres e homens na formulação de políticas.

spera-se que o programa de empoderamento económico contribua para o desenvolvimento de políticas sensíveis ao género que sejam eficazes e equitativas para promover o desenvolvimento socioeconómico na região.

Actualmente, o processo de formulação de políticas regionais - desde a formulação até a implementação - tende a excluir as mulheres e, assim, não leva em conta as questões de género.

O desenvolvimento do programa foi necessário pela necessidade de assegurar uma resposta e acção de múltiplos actores para melhorar a situação das mulheres e capacitar as mulheres em todas as áreas da sua vida.

A reunião dos Ministros do Género da SADC também exortou os Estados Membros a continuar a intensificar os esforços para integrar o género como uma estratégia para a conquista do empoderamento das mulheres e igualdade de género.

De acordo com um projecto de relatório sobre a Avaliação Analítica da Integração do Género na região da SADC apresentado aos ministros, a maioria dos países da SADC não tem capacidade e recursos suficientes para integrar o género, apesar de saber que a inclusão das mulheres na tomada de decisão melhoraria a capacidade e recursos.



O relatório avalia até que ponto os Estados membros integraram o género nas políticas e estratégias nacionais.

Além disso, uma linha de base sobre a situação das mulheres e a economia prevista para a 39ª Cimeira da SADC marcada para Agosto na República Unida da Tanzânia, destaca que foram feitos esforços significativos pelos países da SADC para a igualdade de género na região, mas ainda há mais por ser feito.

O estudo de base produzido pelo instituto de género do Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) mostra que os Estados Membros da SADC fizeram progressos na promulgação de leis e políticas que promovem a igualdade de género, mas os mecanismos de domesticação e implementação continuam lentos e ainda há discórdia geral entre as leis estatutárias e consuetudinárias.

Além disso, a maioria dos Estados membros não possui estruturas legais que reconheçam os múltiplos papéis das mulheres ou aliviem o peso desses papéis, limitando assim a participação das mulheres em outras tarefas de melhoria de meios de subsistência.

Sem estruturas jurídicas que reconheçam os múltiplos papéis que as mulheres desempenham, as mulheres continuarão a gastar muito tempo

percorrendo longas distâncias para coletar lenha e água, entre outras tarefas.

Portanto, é necessário adoptar o uso de fontes e serviços de energia renovável e incorporar o género no sector.

Os Ministros do Género também foram informados dos preparativos para o lançamento da Estratégia Regional da SADC sobre Mulheres, Paz e Segurança (2018-2022) na 39ª Cimeira da SADC marcada para Agosto.

A estratégia visa abordar os desafios enfrentados por mulheres e crianças, garantindo que eles participem plenamente das actividades, programas e projectos de paz e segurança.

A estratégia foi apresentada pela primeira vez aos Ministros do Género da SADC em 2017 na sua reunião realizada em Ezulwini, Reino de Eswatini, e foi posteriormente apresentada ao Conselho Ministerial do Órgão para aprovação.

O desenvolvimento da estratégia envolveu várias partes interessadas que incluíam especialistas em género e segurança de todos os estados membros da SADC.

A estratégia e o seu plano de acção devem ser implementados no período de 2018-2022 e os Estados-Membros foram instados a desenvolver planos de acção nacionais e a mobilizar recursos para implementar as actividades propostas a nível nacional. sardc.net □





aprovado



Os Estados Membros da SADC avançam em direção à meta de 50:50 para a igualdade de género

AS SEYCHELLES e a África do Sul tornaram-se os primeiros Países na região da SADC a alcançar a representação de 50:50 de mulheres e homens no Governo.

Prevista há quase 10 anos, a meta da representação de 50:50 de mulheres e homens na política e na tomada de decisões parecia inatingível e um objectivo impossível.

No entanto, em 2018, o Presidente Danny Faure, das Seychelles, anunciou um novo Governo composto por cinco mulheres e cinco homens, além do presidente e do vice-presidente.

Esta foi uma melhoria em relação a três mulheres ministradas dos 14 em 2015, representando 21,4 por cento.

Na África do Sul, o presidente Cyril Ramaphosa anunciou um Governo de 28 ministros composto por 14 mulheres e 14 homens.

Ministérios importantes como Defesa e Veteranos Militares, Relações Internacionais e Cooperação e Segurança do Estado estão sendo chefiados por mulheres.

A conquista de 50:50 é uma melhoria de 38,8 por cento em 2012 e 40,5 por cento em 2015.

No novo Parlamento da África do Sul, quase metade dos membros (45 por cento) são mulheres.

Este é mais um passo em direção à representação igual de mulheres e homens nos cargos políticos e outros de

tomadas de decisão, já que a Assembleia Nacional anterior tinha 42 por cento de mulheres.

O Parlamento Sul-Africano é composto por uma Assembleia Nacional eleita de 400 membros e o Conselho Nacional de Províncias, que formado por 90 delegados provinciais, com 10 delegados para cada uma das nove Províncias.

Uma delegação provincial é composta por seis delegados permanentes nomeados pelas legislaturas provinciais e quatro delegados especiais.

A África do Sul usa um sistema de representação proporcional no qual o eleitorado vota em um partido político, não em indivíduos.

O partido político recebe uma parte dos assentos na Assembleia Nacional em proporção direta ao número de votos conquistados na eleição.

Cada partido político registrado envia uma lista de candidatas à Comissão Eleitoral Independente (IEC) antes da eleição, e a IEC determina o número de assentos para cada partido com base nos resultados eleitorais. As partes classificam os seus candidatos com os mais preferidos, fazendo a primeira lista.

O Malawi também registou algum progresso na representação de mulheres após as eleições de 21 de Maio, no entanto, mais precisa de ser feito para garantir igualdade de género e paridade nas posições de tomada de decisão.

Um total de 44 mulheres conquistaram assentos parlamentares, representando cerca de 22,8 por cento. Esta é uma ligeira melhora em relação aos 16,7 por cento registados na última eleição realizada em 2015.

A meta de 50:50 até 2015 foi definida no Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento, que foi adoptado em 2008 e entrou em vigor em 2013.

No entanto, até 2015, nenhum Estado Membro da SADC atingiu este objectivo.

O protocolo foi revisto em 2016 e aprovado pela 36ª Cimeira da SADC realizada no Reino de Eswatini.

O protocolo foi revisto para que os seus objectivos estejam alinhados a várias metas globais e questões emergentes. □

Integração do género no desenvolvimento de energia

OS PAÍSES Africanos convocarão em breve uma reunião ministerial de alto nível sobre como integrar o género no sector energético.

A reunião marcada para 12 de Junho em Adis Abeba, na Etiópia, segue-se a um Seminário realizado em Abril, que colocou a necessidade de integrar a questão do género na energia como uma alta prioridade para a África.

Isto é particularmente importante, uma vez que a prestação de serviços energéticos tem impactos diferentes sobre as mulheres e os homens.

Por exemplo, a maioria das mulheres em África, especialmente aquelas que residem no campo, enfrentam obstáculos relacionados à energia e estão amarradas à servidão pelo tipo de fontes de energia disponíveis para suas necessidades de cozinhar e iluminar.

As mulheres ainda enfrentam desafios no acesso a alguns produtos e tecnologias de energia devido ao custo inicial proibitivo de instalar esses equipamentos.

Como resultado, elas percorrem longas distâncias para coletar lenha, que geralmente é pesada, comprometendo a sua saúde física e bem-estar.

Portanto, a integração do género no setor energético tem a capacidade de promover o desenvolvimento socioeconómico e a redução da pobreza, porque o acesso à energia é considerado um factor libertador para as mulheres e um factor chave para permitir que as mulheres desempenhem um papel igual no mundo e no desenvolvimento de qualquer região." □



SADC uma região pacífica e politicamente estável

A SADC consolidou as suas credenciais como uma região pacífica e politicamente estável após a realização de eleições em quatro Estados Membros nos últimos três meses. A região presenciou eleições na União das Comores, Madagáscar, Malawi e África do Sul. Esta edição da revista *África Austral Hoje* apresenta uma retrospectiva.

ANC ganha novo mandato para Governar a África do Sul



O CONGRESSO nacional africano ganhou um novo mandato para governar a África do Sul, após as eleições nacionais e provinciais realizadas a 8 de Maio.

O ANC, que está no poder desde o fim do apartheid em 1994, obteve 57,5 por cento dos votos, ante 62,1 por cento nas eleições anteriores realizadas em 2014.

De acordo com os resultados finais divulgados pela Comissão Eleitoral Independente (IEC), o maior partido da oposição, a Aliança Democrática (DA), obteve 20,8 por cento dos votos contra 22,2 por cento alcançados em 2014, enquanto os Combatentes pela Liberdade Económica (EFF) obtiveram 10,8 por cento. das urnas, contra os 6,4 por cento de 2014.

Na última eleição realizada em 2014, o ANC ganhou 62,1 por cento dos votos populares, enquanto em 2009, o partido obteve 65,9 por cento.

O ANC tem perdido algum apoio nos últimos anos e Ramaphosa disse que o partido está empenhado em "reconquistar" os seus

apoiantes, abordando os desafios que o país enfrenta, como a corrupção, o desemprego e a má prestação de serviços.

"Aprendemos a nossa lição...Ouvimos o povo da África do Sul. Ouvimos a mensagem muito clara do que eles esperam de nós", disse Ramaphosa.

Ramaphosa, que foi empossado como presidente a 25 de Maio, disse que é importante que todos os interessados trabalhem juntos para uma África do Sul melhor.

"Vamos agora trabalhar juntos, negros e brancos, homens e mulheres, jovens e velhos, para construir uma África do Sul que realmente pertença a todos os que vivem nela como proclamado pelos nossos antepassados", disse ele.

A África do Sul usa um sistema de representação proporcional no qual o eleitorado vota em um partido político, não em indivíduos.

O partido político recebe uma parte dos assentos no Parlamento em proporção direta ao número de votos conquistados nas eleições.



A este respeito, os resultados das eleições significam que o ANC garantiu 230 assentos no Parlamento, contra 249, enquanto o DA recebeu 84 assentos em comparação com 89 em 2014.

O EFF quase duplicou os seus assentos parlamentares de 25, em 2014, para 44 este ano.

A luz da Constituição da África do Sul, o Presidente é eleito pela Assembleia Nacional dentre seus membros, geralmente o líder do partido da maioria.

As eleições de Maio foram as sextas desde que a maioria dos sul-africanos foi autorizada a votar, com o fim do sistema do apartheid em 1994. Quase metade dos representantes eleitos são mulheres, com 45 por cento.

De acordo com a IEC, a participação dos eleitores foi de cerca de 65,9 por cento. Mais de 26,7 milhões de sul-africanos haviam se registado para votar a 8 de Maio. □

Coligação liderada por Rajoelina vence eleições parlamentares no Madagáscar



UMA COLIGAÇÃO liderada pelo presidente Andry Rajoelina ganhou as eleições parlamentares realizadas em Maio, segundo a comissão eleitoral.

Os resultados provisórios das eleições parlamentares realizadas a 27 de Maio, anunciados pela Comissão Eleitoral Nacional Independente, mostram que a coligação Isika Rehetra Miaraka amín Andry Rajoelina (Estamos Todos Com Andry Rajoelina), conquistou 84 dos 151 assentos da Assembleia Nacional.

Tiako I Madagasikara liderado pelo ex-presidente Marc Ravalomanana ficou num distante segundo lugar, com 16 assentos ou 10,6 por cento dos assentos.

Candidatos independentes obtiveram 46 assentos, enquanto mais de 80 outros partidos políticos conseguiram apenas cinco assentos entre eles.

Um total de 85 partidos e 459 candidatos independentes disputaram as eleições parlamentares.

Os resultados provisórios foram submetidos ao Supremo Tribunal Constitucional, que tem o direito de anunciar os resultados definitivos no prazo de 16 dias. □



Assoumani reeleito Presidente das Comores

AZALI ASSOUMANI foi reeleito Presidente da União das Comores depois de ganhar 60,77 por cento do voto popular nas eleições de 24 de Março.

O principal líder da oposição, Ahamada Mahamoudou, ficou em segundo lugar distante com 14,62 por cento dos votos.

Falando na cerimónia da sua investidura realizada na capital, Moroni, a 26 de Maio, Assoumani prometeu relançar o diálogo entre os vários actores políticos e colocar em prática "medidas de apaziguamento" durante o seu mandato.

Assoumani prometeu envolver a oposição "na tomada de decisões sobre grandes questões nacionais", uma medida que deve levar à estabilidade na nação insular.

Inicialmente, as eleições estavam agendadas para 2021, mas a eleição presidencial foi transferida para este ano após um referendo realizado em Julho de 2018.

As eleições foram as primeiras a serem conduzidas sob uma nova Constituição, uma

das disposições que permite ao presidente manter um máximo de dois mandatos de cinco anos.

Anteriormente, o presidente só podia fazer um mandato de cinco anos.

A rotação única do poder presidencial entre as três ilhas da Grande Comore, Anjouan e Mohéli foi mantida na nova Constituição.

Esse acordo visa promover a paz e a segurança sustentáveis no país após anos de instabilidade política que resultaram em vários golpes de estado no final da década de 1990.

Observadores da União Africana, do Mercado Comum da África Oriental e Austral e de candidatos da oposição alegaram que as eleições foram caracterizadas por irregularidades.

Um total de 13 candidatos disputaram as eleições. □





Mutharika vence corrida presidencial no Malawi



PETER MUTHARIKA foi reeleito Presidente do Malawi depois de ganhar 38,57 por cento dos votos nas eleições presidenciais realizadas a 21 de Maio, simultaneamente com as eleições para membros da Assembleia Nacional e vereadores do governo local.

Os resultados foram anunciados a 27 de Maio após o Supremo Tribunal do Malawi ter decidido a favor da Comissão Eleitoral do Malawi (MEC), após uma petição do partido da oposição, o Partido do Congresso do Malawi (MCP), ter levantado alegações de manipulação de votos.

De acordo com a MEC, Lazarus Chakwera, líder do MCP, ficou em segundo lugar na eleição presidencial, com 35,42 por cento dos votos, numa disputa pelo país.

O ex-vice-presidente Saulos Chilima, do Movimento Unido para a Transformação (UTM), ficou em terceiro lugar, com 20,24 por cento dos votos.

De acordo com a Constituição do Malawi, o presidente é eleito usando o sistema First-Past-The-Post (o primeiro a chegada), segundo o qual o candidato com o maior número de votos é declarado vencedor, mesmo que tenha obtido menos de 50 por cento dos votos válidos.

Falando logo após a sua tomada de posse, o Presidente Mutharika estendeu um ramo de oliveira à oposição e pediu paz e unidade nacional.

“As eleições acabaram. Este é um momento para unir e desenvolver este país”, disse Mutharika, que agora está cumprindo o seu segundo e último mandato de acordo com a constituição.

Em termos de eleições para a Assembleia Nacional, o Partido Democrático Progressista (DPP), liderado por Mutharika, conseguiu garantir 62 assentos dos 192 assentos no parlamento.

O MCP da oposição conseguiu 55 assentos, enquanto a Frente Democrática Unida conseguiu 20 assentos e o UTM garantiu quatro assentos.

Outros partidos políticos que ganharam assentos na Assembleia Nacional incluem o Partido do Povo com cinco assentos e a Aliança para a Democracia com um assento.

Candidatos independentes conseguiram obter um total combinado de 55 assentos.

Questões que tomaram o centro do palco durante o período de campanha foram principalmente a criação de emprego e combate à corrupção.

Um total de 44 mulheres conquistaram assentos na Assembleia Nacional, que representa 22,9 por cento da legislatura.

Isto mostra uma progressão na representação das mulheres na Assembleia Nacional. Nas eleições anteriores, em 2014, 32 mulheres conseguiram assento na assembleia e, em 2009, apenas 12 por cento das mulheres estavam na assembleia nacional.

Para as eleições parlamentares, o Malawi também usa o sistema eleitoral First-Past-the-Post, segundo o qual o candidato com mais votos é declarado vencedor.

A participação nas eleições gerais foi de 74 por cento e cerca de 6,8 milhões de pessoas se registraram para votar.

O Malawi alcançou a independência da Grã-Bretanha em 1964 e estas foram as sextas eleições presidenciais realizadas desde que o sistema multipartidário foi iniciado em 1994. □



DECLARAÇÕES PRELIMINARES divulgadas pela Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) disseram que as eleições realizadas no Malawi e na África do Sul foram realizadas em conformidade com os padrões regionais.

A delegação da SEOM aos dois países foi liderada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, Joseph Malanji, e observou as eleições em três fases: o período pré-eleitoral, o dia das eleições e a pós-eleitoral.

As expectativas da SEOM são guiadas e medidas principalmente contra as provisões e exigências da respectiva Constituição do país, bem como o Tratado da SADC, o Protocolo Revisto da SADC sobre Política, Defesa, Cooperação e Segurança e os Princípios e Directrizes Revistos da SADC que Orientam Eleições Democráticas. □

SADC faz revisão do Exercício UMODZI

NUMA TENTATIVA de melhorar os seus deveres de manutenção da paz na região e no resto do continente africano, a SADC conduziu um processo de revisão do Exercício UMODZI.

O Exercício UMODZI foi realizado pela SADC em Outubro de 2018 no Malawi, em preparação para os seus deveres de manutenção da paz em África.

A SADC assumiu as suas responsabilidades de manutenção da paz a nível continental sob a Força de Prontidão Africana (ASF) em Janeiro de 2019 e espera-se que renuncie às suas tarefas principais em Junho.

A ASF é uma ferramenta importante da arquitetura africana de paz e segurança para a prevenção, gestão e resolução de conflitos no continente.

Para rever e melhorar a sua capacidade, a SADC conduziu a Revisão Pós-Ação (AAR) do Exercício UMODZI de 8 a 10 de Abril em Gaborone, Botswana.

O objectivo do Exercício AAR UMODZI do Exercício era rever e documentar as lições aprendidas e identificadas durante o planeamento e condução do exercício com vista a reconhecer os sucessos e desafios e também propor recomendações sobre como melhorar a conduta dos futuros exercícios da Força de Prontidão da SADC (SADC SF).

Uma das recomendações do Seminário foi que a SADC FS realizasse um Exercício de Formação em Campo em 2021 como parte da melhoria da sua capacidade operacional total.

O Centro Regional de Formação de Manutenção da Paz da SADC (RPTC) também foi instado a realizar mais seminários de formação para os Estados Membros para fortalecer a capacidade de manutenção da paz.

Com sede em Harare, no Zimbabwe, o RPTC da SADC oferece formação militar e civil aos cidadãos dos Estados Membros para facilitar a sua participação activa nas operações de apoio à paz das Nações Unidas e da União Africana.

Desde a sua criação em 1996, o centro treinou mais de 5.000 indivíduos - militares, serviços correcionais, policiais e civis - provenientes dos Estados Membros. □

SADC homenageia os fundadores

A SADC está a trabalhar num mecanismo para reconhecer e honrar o legado dos seus pais fundadores pela sua contribuição para a região.

O mecanismo proposto apresenta uma oportunidade para aumentar a consciencialização dos cidadãos da SADC sobre os ideais e benefícios de pertencer a uma comunidade partilhada na África Austral.

De acordo com o Secretariado da SADC, um projecto de documento será apresentado para análise pelo Conselho de Ministros da SADC em Agosto.

Isto está de acordo com uma diretriz da 35ª Cimeira da SADC realizada no Botswana em 2015, que encarregou ao Secretariado para redigir uma nota conceitual para um mecanismo para honrar o legado dos Pais Fundadores da SADC, e através deles os povos dos seus Países.

Os líderes e os povos dos países que primeiro conquistaram a independência fizeram sacrifícios económicos para assegurar que os países vizinhos no resto da região alcançassem independência política.

Essa geração de líderes pan-africanos dedicados mobilizou o seu povo e contribuiu moral e materialmente na crença de que eles não seriam verdadeiramente independentes enquanto os outros países continuassem sob o domínio colonial.

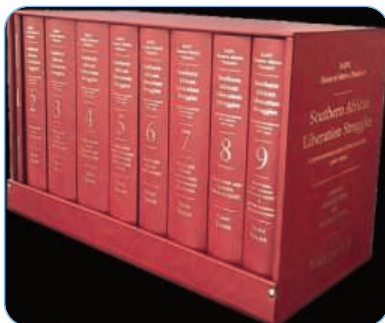
Isto foi iniciado sob a liderança de Julius Kambarage Nyerere, cujo País conquistou a independência em 1961, então chamado de Tanganyika e mais tarde a República Unida da Tanzânia após a união com Zanzibar. A Tanzânia acolheu o Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana (OUA) desde o seu início em 1963.

Hashim Mbita herói da libertação em África

HASHIM MBITA, um herói da luta de libertação em África, foi amplamente respeitado pelos seus princípios e dedicação. O Brigadeiro-General Mbita (rtd) da República Unida da Tanzânia foi o Secretário Executivo do Comité de Libertação da OUA durante 22 anos, de 1972 até que sua missão foi cumprida em 1994, quando a libertação do subcontinente foi completada com eleições democráticas na África do Sul liderando uma governação da maioria.

Ele concebeu e inspirou o Projecto de História da SADC e actuou como Patrono activo, mobilizando recursos de governos dentro da região. O

resultado são as Lutas de Libertação da África Austral 1960-1994, uma publicação de nove volumes que contém uma narrativa e histórias sobre o movimento de libertação na região, o papel dos Estados da Linha da Frente e o apoio de várias organizações e países fora da região. □



As Lutas de Libertação da África Austral 1960-1994 publicado pela SADC por Mkuki na Nyota



Atrás da esquerda: O Ministro Dick Matenje, Malawi; Camarada Robert Mugabe, Primeiro-Ministro designado do Zimbabwe; Reformado Príncipe Mabandla Dlamini, Primeiro Ministro da Swazilândia; Mooki Vitus Molapo, Ministro do Comércio e Turismo, Reino do Lesotho. A frente de esquerda: José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola; Sir Seretse Khama, Presidente fundador do Botswana; Dr. Kenneth David Kaunda, Presidente fundador da Zâmbia; Samora Moises Machel, Presidente fundador de Moçambique; Mwalimu Julius K. Nyerere, Presidente fundador da República Unida da Tanzânia, na Cimeira de Lusaka, Zâmbia, em Abril de 1980.

Os presidentes fundadores do Botswana e da Zâmbia juntaram-se a Nyerere na criação de um grupo informal chamado Estados da Linha da Frente, depois juntaram-se os presidentes de Angola e Moçambique após a independência desses países em 1975.

Estes formaram a liderança dos Estados da Linha da Frente e mais tarde criaram a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) com outros quatro países (Lesotho, Malawi, Swazilândia e Zimbabwe) em 1980, que foi transformada em Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) em 1992, numa Cimeira organizada pela Namíbia independente.

Estes agrupamentos alcançaram vários marcos destinados a promover o desenvolvimento político e económico, e a região está a tornar-se cada vez mais integrada no âmbito da SADC, como um bloco de construção da União Africana.

O desenvolvimento de um mecanismo para reconhecer e honrar o legado dos Pais Fundadores da SADC apoiará os ideais de unidade e autoconfiança, inclusão, soberania e prosperidade para o benefício das gerações futuras.

Há um provérbio africano que diz: "Quanto mais atrás você olhar, mais à frente você verá". □



VÁRIAS INICIATIVAS já foram implementadas a nível nacional e regional para homenagear alguns dos Pais Fundadores da SADC. Uma dessas iniciativas foi um livro ilustrado sobre a vida e a sabedoria do ex-presidente da República Unida da Tanzânia, Julius Nyerere.

O livro foi lançado na 35ª Cimeira da SADC realizada em Gaborone, Botswana em 2015. O livro ilustrativo intitulado *Asante Sana, Thank You Mwalimu*, foi co-publicado pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC), Casa dos Livros e Pela Editora Grupo Africano no Zimbabwe, bem como Mkuki na Nyota da República Unida da Tanzânia.

O livro é uma compilação das principais afirmações e perspectivas de Nyerere sobre questões de desenvolvimento e é bem ilustrado com fotografias históricas.

Nascido a 13 de Abril de 1922, em Butiama, perto do Lago Vitória, Mwalimu dedicou a sua vida aos ideais da dignidade humana e da humanidade comum. □

Junho - Agosto 2019



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE Vol 21 No 4 JUNHO 2019

ÁFRICA AUSTRAL HOJE
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House, Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Egline Tauya, Admire Ndhlovu, Phyllis Johnson, Nyarai Kampilipili, Danai Majaha, Kumbirai Nhongo, Maidei Musimwa, Tariro Sasa, Tanaka Chitsa, Monica Muteru, Raymond Ndhlovu, Pedzisayi Munyoro, Thenjiwe Ngwenya, Ayub Blessing Moyo, Eunice Kadiki

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.

© SADC, SARDC, 2019

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sadc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya, Anisha Madanhi

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
P1 videoblocks; P2 newtimes.co.rw; P4; P5 P. Johnson; P6 buildipedia, wp.com, meed.com, kayafm.co.za; P7 tanzaniatourism.go.tz, P8 sadc.int; P9 omicronenergy.com; P10 SADC Secretariat, msn.com, akamaized.net; P11 news24.com, msn.com; P12 Cyril Ramaphosa Twitter Account, bp.blogspot.com, P13 enca.com, citizen.co.za, Aljazeera.com; P14 southerntimesafrica; P16 mozambiquehistory.net, aaihs.org

Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao
sadctoday@sadc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
Julius K. Nyerere House, 15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 242 791 341

www.sardc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento

 [sardc.net](https://www.facebook.com/sardc.net)  [@sardc.net](https://twitter.com/sardc.net)



Este documento foi produzido no contexto de um projeto financiado pela Agência Austríaca de Desenvolvimento / o Desenvolvimento Austríaco Cooperação. A responsabilidade do conteúdo desta publicação reside inteiramente no autor; as informações e opiniões expressas não refletem a opinião oficial da Agência austríaca de desenvolvimento / Cooperação austríaca para o desenvolvimento.





Junho
5, Global

Dia Mundial do Meio Ambiente Mundial

Este dia é observado a cada ano para aumentar a consciencialização sobre a necessidade da comunidade global trabalhar em conjunto na preservação do meio ambiente. A China acolherá a comemoração global de 2019 com o tema "Poluição do Ar".

17-21,

Relatório de Infraestruturas da SADC, Reunião de Recolha e Validação de Dados
África do Sul A reunião reunirá altos funcionários responsáveis pelo desenvolvimento de infraestruturas nos Estados Membros da SADC e oficiais técnicos dos parceiros de desenvolvimento para validar uma avaliação do Plano de Acção de Curto Prazo (STAP) do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infraestruturas (RIDMP), bem como discutir projectos prioritários para a próxima fase.

17-21, Namíbia

Reunião Conjunta dos Ministros da SADC responsáveis pela ET-STI

Os Ministros da SADC responsáveis pela Educação e Formação (ET) e Ciência, Tecnologia e Inovação (STI) reúnem-se em Windhoek para debater questões políticas para consideração e aprovação pelo Conselho de Ministros e pela Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo. A reunião começará com um Diálogo da Mesa Redonda Ministerial sobre Políticas, com uma palestra sobre "Empreendedorismo, Educação e a Quarta Revolução Industrial em África". A Carta da SADC sobre as Mulheres na Ciência, Engenharia e Tecnologia será assinada pelos Estados Membros que ainda não assinaram.

28 Junho -2 Julho

Conselho Directivo do SARDC

O Conselho Directivo do Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) se reunirá em Butiama, a República Unida da Tanzânia para discutir o programa de trabalho e a visão do centro de recursos de conhecimento regional e do parceiro de conhecimento da SADC. Presidido por Hon. Professor Peter Katjavivi, Presidente da Assembleia Nacional na Namíbia, o Conselho é composto por membros de vários países da África Austral. O patrono fundador era Mwalimu Julius Nyerere.

Julho
7, Níger

Assembleia Extraordinária da UA sobre a AfCFTA

Os Chefes de Estado e de Governo africanos irão convergir em Niamey, no Níger, para uma cimeira extraordinária para lançar oficialmente a Área de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA). Isto segue a entrada em vigor da AfCFTA em Maio, após ratificação por "pelo menos 22" dos 55 Estados Membros da UA, conforme exigido pelos estatutos da UA.

8, Níger

Reunião de Coordenação da AU-REC

A primeira reunião de coordenação da Comissão da União Africana com as Comunidades Económicas Regionais (CERs) vai avaliar os progressos realizados na implementação da agenda de integração continental. A reunião faz parte da agenda de reformas institucionais da UA adoptada em Janeiro de 2017 e aperfeiçoada durante a 11ª Sessão Extraordinária da Assembleia da UA em Novembro de 2018. Isto substitui a tradicional segunda Cimeira da UA, normalmente realizada em Junho ou Julho.

15-19, Namíbia

Ministros das Finanças e Investimentos da SADC

Os Ministros responsáveis pelas Finanças e Investimento reunir-se-ão para discutir várias questões que incluem a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC e a finalização do Quadro de Mobilização de Recursos da SADC.

15-20, Zâmbia

Comité Ministerial do Órgão da SADC

O comité ministerial se reunirá para deliberar sobre questões de paz e segurança na região da SADC. A comissão envolve os Ministros responsáveis pelos Negócios Estrangeiros, Defesa, Segurança Pública e Segurança do Estado dos países que compõem o Órgão da SADC de Cooperação Política, Defesa e Segurança.

22-25, Tanzânia

Semana de Industrialização da SADC

O evento de uma semana visa popularizar a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC aprovada em 2015. Agora no seu quarto ano, o evento anual inclui uma conferência de alto nível para discutir formas de acelerar a agenda de industrialização da SADC e uma exposição de governos, empresas, instituições de pesquisa e outras partes interessadas.

31 July-2 Agosto,
Namíbia

Reunião dos Ministros da Justiça da SADC

Os Ministros responsáveis pela Justiça e Assuntos Jurídicos se reunirão para discutir várias questões, incluindo o desenvolvimento e a revisão de instrumentos jurídicos.

Agosto
17 - 18, Tanzânia

39ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC

Os líderes da SADC reúnem-se anualmente em Agosto para discutir a integração e o desenvolvimento regional. A cimeira é precedida por reuniões de altos funcionários e do Conselho de Ministros. O Presidente da Tanzânia, John Magufuli torna-se presidente da SADC.

Respeitando o passado... ...construindo o futuro

O ESCRITÓRIO Regional da UNESCO para a África Austral, em colaboração com o Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral, está a trabalhar na produção de material sobre as dimensões e ligações regionais dos movimentos de libertação nacional na região da SADC, após o endosso e moldagem do projecto por parte de especialistas reunidos na Namíbia no ano passado.

Na abertura oficial da reunião de especialistas em história e fazendo um enquadramento, o Presidente da Assembleia Nacional da Namíbia, Hon Peter H Katjavivi, enfatizou a necessidade de refletir sobre as interligações das lutas de libertação na região.

"É preciso investigar mais profundamente o que aconteceu, por que aconteceu e o aspecto de tomar posse desses eventos", disse o professor Katjavivi.

O diretor e representante do Escritório Regional da UNESCO para a África Austral, Professor Hubert Gijzen, disse que a reunião de especialistas foi a primeira fase de um programa intitulado Programa de Herança dos Movimentos da Libertação Nacional: Usando a História da Independência para Promover a Inclusão, Diversidade Cultural e Educação Cívica.

Ele disse que o objectivo do programa é utilizar as diversas experiências da luta de libertação na África Austral para ajudar a região a enfrentar os seus desafios contemporâneos de xenofobia e outras formas de discriminação, bem como promover tolerância, unidade e coesão social.

A trajetória de desenvolvimento da África Austral no presente e no futuro baseia-se na unidade e solidariedade que ressoa das experiências ligadas dos movimentos de libertação nacional que desalojaram o apartheid e o domínio colonial.

O material de recurso sobre os movimentos de libertação nacional (NLMs) será apresentado em módulos que podem ser usados para diferentes níveis de educação, incluindo a juventude primária, secundária e terciária, bem como fora da escola.

Os módulos terão três componentes: um vídeo, postagens nas redes sociais e uma versão em texto ilustrado.

A iniciativa busca gerar ferramentas de consciencialização e educacionais para sustentar o conhecimento compartilhado sobre o movimento de independência em toda a região e regenerar a coesão partilhada entre fronteiras que emergiram durante esse período. Isto fala da necessidade da integração regional e da realização da unidade africana.

A luta de libertação que trouxe independência política foi conseguida através de coordenação e cooperação organizadas em toda a região.

No entanto, a perda de conhecimento sobre este patrimônio de libertação é um retrocesso para as realizações significativas feitas no desenvolvimento regional e cooperação na África Austral, levando ao crescimento de uma síndrome de "nós e eles" nos níveis nacionais, especialmente, mas não apenas na África Austral e resultando em xenofobia, intolerância e danos à coesão social.

A ideia de olhar para o rico passado histórico é capturada por Marcus Garvey, um nacionalista negro nascido na Jamaica e líder do pan-africanismo, que buscou unificar e unir pessoas de descendência africana em todo o mundo. Ele disse:

"Um povo sem o conhecimento de sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes".

O propósito do material de recursos será suplementar ao material existente sobre NLMs em África; melhorar o ensino da história, patrimônio e valores do NLM por meio do fornecimento de materiais relevantes; estimular o debate e o acesso da juventude através de ligações e plataformas relevantes; promover a unidade e os valores partilhados da integração regional; e os valores de inclusão, diversidade, paz e tolerância.

Ele transmite que os jovens então não trabalharam isoladamente para alcançar seu objectivo de independência política e que a luta pela juventude agora é económica. Por isso, requer tolerância e unidade entre os jovens para alcançar um objetivo comum de desenvolvimento económico regional. □



Independência de Moçambique,
25 de Junho de 1975

"Josina, você não está morta, porque assumimos as tuas responsabilidades e elas vivem em nós. ... As flores que caem da árvore são para preparar a terra para que flores novas e mais bonitas floresçam na próxima estação. A tua vida continua naqueles que continuam a Revolução".

Samora Machel, poema de Josina Machel, 1971



Independência da RDC 30 de Junho de 1960

Patrice Lumumba, carta a Pauline Lumumba, 1960....

"A África vai escrever a sua própria história e, tanto ao norte quanto ao sul do Saara, será uma história cheia de glória e dignidade".



FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Junho - Agosto 2019

5 Junho	Dia da Libertação	Seychelles
16 Junho	Dia da Juventude	África do Sul
17 Junho	Feriado Público	África do Sul
18 Junho	Dia Nacional	Seychelles
20 Junho	Corpo de Cristo	Seychelles
25 Junho	Dia da Independência	Moçambique
26 Junho	Dia da Independência	Madagáscar
29 Junho	Dia da Independência	Seychelles
30 Junho	Dia da Independência	RDC
1 Julho	Dia do Sir Seretse Khama	Botswana
1 Julho	Dia dos Heróis	Zâmbia
6 Julho	Dia da Independência	Malawi
7 Julho	Dia da Unidade	Zâmbia
7 Julho	Dia da Indústria Saba Saba	Tanzânia
15 Julho	Dia do Presidente	Botswana
16 Julho	Feriado do Dia do Presidente	Botswana
17 Julho	Aniversário do Rei	Lesotho
22 Julho	Aniversário do Rei Sobhuza	Eswatini
1 Agosto	Dia dos Parentes	RDC
5 Agosto	Dia dos Agricultores	Zâmbia
8 Agosto	Dia dos Camponeses Nane Nane	Tanzânia
9 Agosto	Dia Nacional das Mulheres	África do Sul
12 Agosto	Dia dos Heróis	Zimbábue
13 Agosto	Dia das Forças de Defesa	Zimbábue
15 Agosto	Dia de Assunção	Madagáscar, Seychelles
17 Agosto	Dia da SADC*	Todos
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia

* O Dia da SADC não é feriado, mas uma comemoração da assinatura do Tratado da SADC a 17 de Agosto de 1992